



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

LEI Nº 2.107, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2022.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO
DE TIMBÉ DO SUL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE
2023.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Timbé do Sul para o exercício financeiro de 2023, compreendendo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo e seus Fundos e Autarquias, no montante de R\$ 49.230.323,00 (Quarenta e nove milhões, duzentos e trinta mil e trezentos e vinte e três reais).

Art. 2º As Receitas são decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições, transferências constitucionais e outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente e discriminadas nos demonstrativos da Lei 4.320/64, de forma consolidada, com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	32.680.323,00
- Receita tributária	3.004.761,00
- Receitas de Contribuições	161.626,00
- Receita Patrimonial	67.257,00
- Receita de Serviços	1.142.183,00
- Transferências Correntes	28.169.483,00
- Outras Receitas Correntes	135.013,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	16.550.000,00
- Operações de Crédito	1.000.000,00
- Transferências de capital	15.550.000,00
TOTAL	49.230.323,00

Parágrafo único. Integrará esta Lei a estimativa da Receita Orçamentária de cada Unidade Gestora da administração direta e indireta, individualizada, na forma dos demonstrativos da Lei 4.320/64.

Art. 3º A Despesa fixada, detalhada em anexos à esta Lei conforme determina a Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, está assim distribuída por Unidade Gestora e por Grupos de Natureza:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL**

I - DESPESAS POR UNIDADE GESTORA

1 - PREFEITURA MUNICIPAL	38.174.985,00
2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8.625.338,00
3 - SAMAE	1.110.000,00
4 - CÂMARA MUNIC DE VEREADORES	1.320.000,00
TOTAL	49.230.323,00

II - DESP. POR GRUPOS DE NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	30.580.523,00
Pessoal e Encargos Sociais	17.715.300,00
Juros e Encargos da Dívida	750.000,00
Outras Despesas Correntes	12.115.223,00
DESPESAS DE CAPITAL	18.647.800,00
Investimentos	18.032.800,00
Amortização da Dívida	615.500,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000,00
TOTAL	49.230.323,00

Art. 4º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificados no Anexo III da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º Para efeito desta Lei entende-se como “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º Não se efetivando até o dia 10/12/2023 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2024 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 5º Fica o Chefe de cada Poder autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, de um Grupo de Natureza de Despesa para outro, de uma Modalidade de Aplicação para outra e de uma fonte de recurso para outra, observado o equilíbrio financeiro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 6º O Poder Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Receita estimada, utilizando como fontes de recursos:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL**

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, verificado por fonte de recursos, na forma dos §§ 3º e 4º do art. 43 da Lei 4.320/64;

II - o superávit financeiro do exercício anterior na forma do § 2º do art. 43 da Lei 4.320/64; e

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 7º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 8º Os recursos oriundos de convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária, não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º As Receitas de convênios, operações de crédito e outras de realização extraordinária, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 10 Durante o exercício de 2023 o Poder Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 11 A presente Lei vigorará durante o exercício de 2023, a partir de 1º de janeiro.

Timbé do Sul, 29 de Novembro de 2022

Roberto Biava
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta secretaria na data supra.

Celso da Silva
Secretário de Administração e Finanças